

# promontoria

Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 13 - N.º 13  
2020 - 2021

**Editor**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve  
Campus de Gambelas, Faro  
promontoria@ualg.pt

**Comissão Editorial**

António Paulo Oliveira  
Maria João Valente  
Renata Malcher de Araujo

**Conselho Científico**

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)  
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)  
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)  
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)  
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)  
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)  
Maria Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)  
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)  
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)  
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

**IMPRESSÃO**

Gráfica Comercial – Loulé  
[geral@graficacomercial.com](mailto:geral@graficacomercial.com)  
[www.grficacomercial.com](http://www.grficacomercial.com)

**TIRAGEM**

250 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

# **A Cerâmica Nacional em Caeté e a produção de louças em Minas Gerais entre o final do século XIX e início do XX**

Aziz José de Oliveira Pedrosa  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais

## **Introdução**

A descoberta das jazidas de ouro na então Capitania de Minas Gerais, no início do século XVIII, favoreceu a formação de núcleos urbanos destinados ao acolhimento de uma estrutura de apoio necessária às atividades mineradoras e da crescente população que se avolumava nessas regiões. Entre os anos de 1711 e 1718, foram instituídas oito vilas nas localidades onde abundava o ouro, destacando-se centros como os de Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Nova da Rainha (Caeté), dentre outros espaços controlados pela Coroa portuguesa para resguardar as riquezas advindas da extração aurífera. Entretanto, a bonança setecentista mineira foi pouco a pouco substituída pelo enfraquecimento econômico, quando as minas de ouro e de pedras preciosas não rendiam mais os lucros vivenciados em ciclos anteriores. O agravamento desse quadro prolongou-se durante todo o oitocentos, pois a mineração deixou de ser a fonte elementar da circulação monetária na região. Nessa perspectiva encontrava-se a atual cidade de Caeté. Elevada à condição de Vila, em 1714 (MORAES, 2007), teve sua renda enfraquecida nas décadas finais do século XVIII, em virtude da redução dos lucros auferidos da mineração. Segundo Martins e Oliveira (1864), nesse período, a provisão econômica caeteense foi garantida pelas atividades agrícola e pecuária, pela exploração de carvão e por pequenas manufaturas dedicadas à produção de bens de primeira necessidade: “[...] exepção de uma mineração muito minguada não há mais indústria alguma e que mesmo a lavoura apesar da uberdade do solo definha” (MARTINS; OLIVEIRA, 1864, p. 173).

Em Caeté, tal panorama prolongou-se até fins dos anos oitocentos (JUNIOR, 1969), quando despontaram iniciativas a fim de modificar o horizonte econômico da região. Em 1894, destaca-se, por exemplo, a inauguração da Cerâmica Nacional, idealizada pelo estadista João Pinheiro da Silva (TAMBASCO, 1997). A instalação dessa fábrica de produção de louças em Caeté foi amparada pelas favoráveis condições existentes na região, como a farta oferta de matéria-prima e o crescimento do mercado consumidor na capital Belo Horizonte, que começou a ser construída na última década dos oitocentos. Nesse contexto, a Cerâmica Nacional exerceu protagonismo para o aprimoramento econômico caeteense, ocasionando, também, reflexos no processo de industrialização brasileira entre os anos finais do século XIX e a primeira metade do XX. Tendo em vista que essa temática é pouco investigada, torna-se latente a demanda por estudos

empenhados em delinear a história da referida fábrica. Nesse sentido, este texto visa discorrer sobre a produção de louças na Cerâmica Nacional, desde o momento de sua fundação, em 1893, até o ano de 1907, quando foram inseridos na linha de produção itens destinados a prover o setor da construção civil, instaurando um novo ciclo da operação fabril. Diante disso, far-se-ão apontamentos sobre a história da fábrica, os produtos desenvolvidos, o processo de fabricação adotado, a repercussão dos objetos no mercado e outros aspectos que permitirão identificar a atuação da manufatura à época.

Dentro dessas perceptivas, será apresentado o momento inicial do processo de produção de louças na Cerâmica Nacional, posto que os dados provindos dessa explanação possibilitarão: conhecer o decurso da instalação do segmento cerâmico em Minas Gerais; enumerar as prováveis dificuldades encontradas para a instituição dessa classe de manufatura à época e compreender os desafios e as soluções desenvolvidas para superá-los; e elencar particularidades sobre o processo de investigação tecnológica em fábricas europeias, que poderiam referenciar a construção de empresa similar no Brasil. Para tanto, este trabalho examina cartas trocadas por João Pinheiro da Silva, documentos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte), posto que esses registros elucidam as providências tomadas para a organização e para a gestão do empreendimento em exame neste texto.

### **A constituição da Cerâmica Nacional**

A história do Brasil oitocentista foi assinalada por acontecimentos de cunho social, político e econômico responsáveis pela ampliação de propostas progressistas, vivenciadas à época, nos centros europeus mais desenvolvidos. Indica-se, entre os acontecimentos consequentes da disseminação de tais ideias em solo brasileiro, o despontar dos processos de estruturação urbana nas principais cidades e, em alguns casos, o início do mapeamento de estratégias capazes de estancar as dificuldades econômicas existentes. Nesse ínterim, ocorreu a transferência da capital do Estado de Minas, que era sediada em Ouro Preto, para as terras do antigo Arraial Curral d'Rei, escolhido, em 1890, para se tornar a cidade de Belo Horizonte (ANDRADE; MAGALHÃES, 2017, p. 36), cuja formatação urbanística absorveu diretrizes e soluções que dialogavam com o senso modernizante europeu.

Enquanto era construída a nova capital do Estado de Minas, os antigos núcleos urbanos, ao seu redor, vivenciavam as consequências do enfraquecimento econômico, resultante do perecimento da atividade mineradora, iniciado nas últimas décadas dos setecentos e estendido por todo o século XIX. Assim, a cidade de Caeté, que experimentou fortuna na fase de exploração aurífera, aguardava o emergir de alternativas capazes de propiciar o desenvolvimento local e,

consequentemente, incrementar a circulação de renda. No entanto, tais expectativas lograram efeitos somente a partir do despertar da indústria na região, fomentado pela instalação da Cerâmica Nacional, no dia 13 de julho de 1893. Inicialmente, a fábrica era destinada à produção de louças, conforme descreveu a pesquisa pioneira realizada por Tambasco (1997, p. 77).

Relatos históricos informam que a escolha dessa classe de segmento estava entrelaçada à existência de matéria-prima suscetível de nutrir a produção de objetos cerâmicos, cujas boas propriedades foram atestadas entre 1777-1786, aproximadamente, dado o interesse em uma possível exploração do caulim (BRANCANTE, 1981). Martins e Oliveira (1864) ratificaram essa peculiaridade, demonstrando que, no entorno da zona urbana caeteense, havia disponibilidade do melhor barro encontrado em Minas, cuja qualidade foi confirmada por exames processados na Inglaterra. Esse aspecto do barro encontrado na região despertou entusiasmos, não materializados, em se fundar companhias de porcelana em Caeté, por volta do ano de 1855 (MARTINS; OLIVEIRA, 1864). Consoante Veiga (1998), esse fato constou em lei mineira, datada de 1858, que concedeu auxílio à Fábrica de Louça do Caeté, instalada na cidade. Contudo, tal existência e atuação necessitam ser minuciosamente investigadas. O mesmo autor relatou que o mineralogista José de Sá Bittencourt e Accioli (1755-1828), graduado em Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra, efetuou estudos com o caulim da região, produzindo diversos objetos testes. Ainda, existiram outras iniciativas para a instalação de indústria cerâmica nas terras caeteenses, ao longo do século XVIII e XIX, mas que não obtiveram sucesso (VEIGA, 1998). Além disso, sabe-se que, em 1889, um grupo de investidores solicitou autorização, ao Juiz Municipal, para extrair caulim em Caeté, pois era conhecida a qualidade das suas reservas (TAMBASCO, 1997, p. 28).

Entre todas as tentativas de instalação da indústria cerâmica em Caeté, acima relatadas, a maioria não foi devidamente investigada e clama por estudos. Todavia, subsistem registros históricos sobre a constituição da Cerâmica Nacional, depositados no Arquivo Público Mineiro, constando as coordenadas referentes à primeira fase de organização da fábrica, que foi concluída no ano de 1894. Com suas atividades iniciadas, ela foi aprimorada continuamente, em função da disponibilidade de recursos financeiros e da existência de demandas necessárias para a inserção de novos produtos, como ocorreu em 1904, quando se iniciou a confecção de tijolos refratários para abastecer o setor siderúrgico regional (TAMBASCO, 1997, p. 60). Incluem-se nessa documentação as descrições de ensaios e os estudos efetuados para avaliar as propriedades da matéria-prima que abasteceria a manufatura (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1893). Além desses itens, há centenas de correspondências, trocadas por João Pinheiro, que elucidam o decurso que grifou a montagem da Cerâmica Nacional, atestando a moderada experiência do industrial no setor de produção de louças e, também, evidenciando a

indispensável coleta de informações em renomadas fábricas de porcelanas estrangeiras. Indubitavelmente, essas questões serviram para orientar e subsidiar a montagem da Cerâmica caeteense, assim como instruir os processos de fabricação, definir o maquinário necessário e nortear o portfólio de produtos a ser desenvolvido.

A partir da análise das correspondências depositadas no Arquivo Público Mineiro, que norteia a elaboração deste artigo, e da intenção em traçar os percursos da constituição da Cerâmica Nacional, cita-se, primeiramente, a carta datada de 4 de julho de 1894, assinada por Domingos José da Rocha e Carlos Tomás de Magalhães Gomes, professores da Escola de Minas em Ouro Preto, que apresenta um plano geral para orientar a montagem e a produção inicial da fábrica. Nesse documento, há descrições sobre os materiais a serem empregados na confecção de louças, os processos produtivos indicados, o maquinário necessário para iniciar a atividade manufatureira e até mesmo as estratégias de negócio em que se sugere a produção de artefatos de menor complexidade, posto que a experiência acumulada potencializaria, sequencialmente, introduzir artigos cerâmicos mais elaborados (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b).

Consoante às recomendações arroladas no texto supracitado, João Pinheiro deveria atentar para o emprego de recursos oriundos das jazidas de argila caulínica de Caeté, cujas propriedades foram previamente atestadas por estudos científicos. Os testes realizados constataram a presença de pequenos fragmentos de areia e outros corpos estranhos no caulim, características que comprometeriam, conforme laudo espedido, a homogeneidade das peças fabricadas, sendo recomendado o processo de decantação para afinar a textura do mineral (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b). É interesse notar que as pesquisas eram constantes e, em uma delas, há um ensaio que descreve o método para se conseguir a porcelana, acrescentando-se caulim de sílica e feldspato à composição, podendo empregar a cal, em alguns casos, substância que não era imprescindível à mistura (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b).

Além das análises da matéria-prima, alguns relatos esclarecem que a aferição da qualidade da louça fabricada pela Cerâmica Nacional foi preocupação frequente, provocando debates por parte de João Pinheiro da Silva e dos professores da Escola de Minas, anteriormente citados, que examinavam regularmente o material e os produtos confeccionados. Com o objetivo de aprimorar os aspectos da qualidade, foi sugerido, em um dos estudos técnicos, empregar fôrmas na moldagem, pois esse processo era rápido e capaz de eliminar atrasos comuns em procedimentos efetuados tradicionalmente por oleiros (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b). Em outro momento, as propriedades que proporcionariam as expectáveis características das peças confeccionadas são ponderadas como propósito essencial para a operação da Cerâmica Nacional, pois potencializariam o crescimento das vendas e o aumento de capital financeiro da indústria (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b).

Os dados relacionados externam que a Cerâmica Nacional empregava métodos suscetíveis de manter o contínuo aprimoramento da empresa. Essa busca está registrada em dezenas de textos, alguns, inclusive, apresentam ensaios e laudos redigidos de maneira detalhada. Em meio a esses registros, desperta a atenção os direcionamentos a respeito da necessidade de otimização do desenho das peças, por meio do constante aperfeiçoamento dos projetos dos produtos. Indica-se, para essa finalidade, a introdução de “[...] linhas mais graciosas e harmoniosas, podendo, entretanto, serem conservados os traços da forma primitiva, que dão um caráter local à arte”, perpetuando-se, assim, feições dos primeiros itens faturados, passíveis de outorgar, perante as recomendações lançadas, o “caráter local” dos objetos, certamente vinculados à identidade da marca que em sua fundação se dedicou à produção de louça grosseira (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b, fl. 8.). Embora outros esclarecimentos sejam escassos, compreende-se que esse seria o demonstrativo da existência de preocupação relacionada às feições formais dos produtos, derivada de aprendizados colhidos nos instantes que balizaram o planejamento da Cerâmica Nacional. As referências foram trazidas de casos de sucesso, apanhados de experiências vivenciadas em afamadas indústrias francesas, como a Manufatura Nacional de Sèvres e as fábricas instaladas em Limoges (PILEGGI, 1958). Essa assertiva é comprovada em dezenas de cartas trocadas por João Pinheiro, muitas escritas em língua francesa, em que os detalhes dos processos produtivos são relatados ao empresário e o portfólio dessas empresas são descritos, sendo elas consideradas exemplos para o empreendimento iniciado em Caeté.

#### **A fábrica, os produtos, os funcionários**

Sobre a constituição física da Cerâmica Nacional, as informações contidas no Livro Memorial relacionam, integralmente, o patrimônio existente no ano de 1898, composto por um armazém, casa de operários, casa de escritórios, depósitos, casa de louça branca, casa de louça vermelha, casa de máquinas, coletores, olaria para tijolos, coberta para lavagem, ponte solar (situada em frente ao armazém), forno de terra cota instalado em um edifício, forno de grés alocado em edifício com chaminé (Figuras 1 e 2) (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1898). No mesmo período, estavam em construção quatro fornos e a grande chaminé, ainda no terreno que abrigou a Cerâmica Nacional. As informações esclarecem poucas modificações efetuadas na fábrica, ao longo dos primeiros anos, contados a partir de sua inauguração, destacando-se alterações promovidas em 1904, quando introduziram tijolos e refratários no portfólio da empresa, visando abastecer o nicho de mercado que surgia, principalmente, na cidade de Belo Horizonte (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1909).

Os equipamentos da fábrica abrangiam uma máquina da marca Boulet, números 1 e 2 (não especificada a finalidade de uso), um moinho vertical, peneiras mecânicas, uma máquina para tijolos, amassadores do mesmo fabricante Boulet, uma máquina Serret para confecção de tubos, correias, máquinas para telhas francesas, máquinas para tijolos e ladrilhos, uma roda d'água e engenho, amassadores movidos à tração animal, um forno, um moinho, caixas de depósito e cilindros de tornear tubos. Conforme López (2009), as máquinas produzidas pelos irmãos MM. Boulet eram destinadas a trabalhar a terra dura, preparando-a com um pouco de água, em duas operações distintas: a primeira para transformar o material em massa plana, e a segunda em telha. Um pequeno anúncio anexado à documentação, referente à Cerâmica Nacional, demonstra a cotação dessas máquinas no ano de 1894, na cidade do Rio de Janeiro, onde a Casa Boulet e a Casa Paris contavam com representante comercial de nome Simon Dubois, identificado como engenheiro (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b).

A alimentação dessas máquinas, consoante Tambasco (1997), foi um dos desafios enfrentados pela gestão da fábrica, dada a indisponibilidade de energia elétrica em Caeté, sendo que a alternativa encontrada para gerar energia foi a utilização de rodas d'água, de tração animal e de carvão. Nos planos preliminares, realizados para organizar a Cerâmica Nacional, há cálculos da quantidade de madeira necessária para alimentar os fornos, que seria extraída das matas caeteenses (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b). Além disso, estudou-se a viabilidade do emprego de força motriz extraída de uma cachoeira da Casa do Tinoco, atualmente Museu Casa João Pinheiro e Israel Pinheiro, que era vizinha às instalações da fábrica e foi adquirida por João Pinheiro da Silva, no ano de 1892.

É interessante observar que a renovação da tecnologia produtiva na Cerâmica Nacional foi preocupação constante de João Pinheiro da Silva, pois, continuamente, ele solicitava e recebia informações sobre os processos produtivos e os equipamentos que poderiam aprimorar a produção e eram empregados em grandes fábricas no exterior. Algumas frações dessas novidades são observadas em descrições textuais, enviadas por pessoas não residentes no Brasil, como esclarece uma carta em que se narra a visita às fábricas de porcelana em Sèvres, na França, acrescida de desenhos de fornos, esquemas de processos produtivos e descrição de tecnologias que poderiam ser adotadas na referida empresa caeteense (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1902a). Soma-se a esses relatos a memória de inspeção efetuada em uma manufatura nos Estados Unidos da América, sem a identificação do nome exato da indústria, enviada a João Pinheiro no ano de 1902, cujo texto minuciava os conhecimentos percebidos nas instalações da fábrica americana (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1902b). O estadista colheu outras instruções pronunciadas por pessoas residentes no exterior, sinalizando, mais uma vez, que a Cerâmica de Caeté foi projetada e alicerçada em aprendizados provindos das análises de casos de empreendimentos que obtiveram êxito no setor.

Dentro dessas perspectivas, a planta fabril inicial da Cerâmica Nacional foi direcionada para atender à confecção de louças brancas e vermelhas. Sequencialmente, foram introduzidos novos maquinários e processos para amparar a produção de faiança e grés cerâmico<sup>1</sup>. Acrescenta-se, ainda, a fina porcelana que instigou João Pinheiro, em 1894, a encomendar estudo sobre a técnica dessa produção a José da Rocha e Carlos Tomás de Magalhães Gomes, professores da Escola de Minas, em Ouro Preto (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894b). Os documentos esclarecem que foi intenso o intercâmbio de conhecimento entre os dois pesquisadores e os gestores da Cerâmica Nacional, pois o centro de pesquisa examinava os produtos desenvolvidos, a resistência física das peças, a composição da matéria-prima e a qualidade final dos objetos, explicando, assim, o fundamental papel de estudos científicos para a prosperidade da indústria à época.

Dentre os inúmeros relatos de ensaios efetivados, indica-se a avaliação ocorrida no dia 31 de outubro de 1893, período de estruturação e planejamento da fábrica, em que foram constatados, pelos supracitados Rocha e Magalhães Gomes, que a massa das peças piloto estava mal preparada e apresentava areia grossa, embora fosse leve e livre de rachaduras (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1893). No ano de 1895, foram verificados os esmaltes aplicados (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1895e). Os laudos técnicos, emitidos à época, direcionavam recomendações para a correção dos problemas detectados, de modo que João Pinheiro pudesse aprimorar os processos e os atributos dos itens produzidos.

A respeito dos produtos faturados pela Cerâmica Nacional, cabe frisar que eles podem ser conhecidos em registros documentais, em fotografias antigas e em catálogos desenvolvidos pela empresa, que poderão ser encontradas em jornais coetâneos, arquivos históricos e até mesmo sob a posse de particulares. Todavia, as peças remanescentes da época são de difícil localização, pois não existe espaço museológico onde estejam concentradas e, com esforço, poucas foram descobertas no correr da investigação que subsidiou este artigo, restando alguns objetos do acervo do Museu Casa de João Pinheiro e Israel Pinheiro, em Caeté, como exemplos.

A dificuldade em encontrar peças remanescentes da Cerâmica Nacional se deve à ausência de selos e de marcações sinalizando a procedência dos objetos. Entre os itens conservados no referido Museu, há xícaras e bules brancos, com acabamentos de filete dourado, desenho valorizando a geometrização da forma, com pequenos relevos nos bules. Esses elementos, de algum modo, memoram detalhes do serviço de chá criado por Henry Cole, no ano de 1846, cujos aspectos formais acusam interesse por produtos funcionais, destinados à praticidade do cotidiano da sociedade industrial europeia. Embora o momento que determinou a

---

<sup>1</sup> Pileggi (1958, p. 194) explica que “[...] a faiança é porosa, pouco resistente e pode ser recoberta por esmalte poroso; o grés cerâmico apresenta textura forte, é impermeável e muito empregado para fabricar vasos sanitários e pastilhas”.

elaboração das peças desenvolvidas por Cole e dos objetos da Cerâmica Nacional sejam distantes, é instigante refletir se essas fontes inspiraram João Pinheiro, pois era conhecida a volumosa quantidade de informações que ele recebia do mercado manufatureiro europeu.

Uma fotografia do estande da Cerâmica Nacional, montado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, realizada no ano de 1908, demonstra o interessante portfólio da empresa, com utensílios domésticos constituídos por desenho que conjugam formas geométricas, evidenciam aspectos funcionais e não apresentam elementos decorativos (Figura 5). A austeridade formal das peças encontrava-se na contramão das preferências da sociedade brasileira de fins do século XIX e início do XX, dominada pelo ecletismo vigorante na arquitetura coeva e, no caso específico da cerâmica, pelos rebuscados objetos importados, que chegavam ao Brasil e eram consumidos pelas classes emergentes. As louças para cozinha, essencialmente funcionais, reforçam hipóteses da influência de tendências industriais para a produção desses objetos, percebidas desde os serviços de chá elaborados por Henry Cole.

O transcorrer da modernidade e da industrialização europeia culminaria em utensílios como o sofisticado aparelho de chá, desenvolvido pela austríaca Jutta Sika, entre c.1901-1902, que exibiu novos direcionamentos para o desenho industrial, posteriormente solidificado pela Escola Bauhaus, fundada no ano de 1919, em Weimar, na Alemanha. Por esse viés, pensa-se que o caráter utilitário das louças da Cerâmica Nacional esteja atrelado ao provável emprego de referências de produtos europeus e, como uma segunda hipótese, relacionado às limitações dos processos produtivos da fábrica, à qualificação técnica da mão de obra disponível e até mesmo às demandas de um mercado consumidor regional e de menor poder aquisitivo.

Ainda no tocante às peças faturadas pela Cerâmica Nacional, restam alguns registros de compras com descrições dos itens produzidos. Como exemplo, cita-se a encomenda, datada do ano de 1894, solicitando potes, painéis vidradas, tigelas, bilhas, bacias e pratos de louça branca. Paralelo a essa linha, eram produzidos objetos de grés cerâmico, como ladrilhos de cor vermelha e branca, telhas, vasos brancos e vermelhos, estatuetas esmaltadas para adorno (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1895d). A fabricação de estatuetas, vasos decorativos (referenciados como de “estilo renascença”), ladrilhos cerâmicos e ornamentos diversos também foram recomendados, visando atender ao crescimento da procura por tais produtos, em decorrência da expansão da construção civil de edificações referenciadas como “modernas”, de arquitetura eclética, que se avolumavam em Belo Horizonte, e também em outras cidades de Minas Gerais e do território brasileiro, requerendo ornatos pré-fabricados para serem aplicados nas fachadas, nos jardins e nos demais ambientes das casas (Figura 3). Além disso, segundo Brancante (1981), as imagens do catálogo da Cerâmica Nacional, de 1898, exibiram

medalhões com bustos de Tiradentes e de Floriano Peixoto, sinalizando a confecção seriada de imagens vinculadas às personalidades contemporâneas, objetivando-se a comercialização desses produtos. As demais peças exibidas no estande da Cerâmica Nacional, durante a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, reforçam outros artigos executados pela empresa, incluindo-se ladrilhos de diversificadas composições, ornamentos, bustos e esculturas de baixo-relevo, que também eram destinados à decoração (Figura 5).

Um dos maiores atrativos para a comercialização das peças da Cerâmica Nacional foi o custo dos produtos, como se comprova em documento de 1900, em que o comerciante de nome Bernardo Pinto Mascarenhas conheceu a louça produzida pela empresa e, julgando-a de boa qualidade, com características equivalentes à produzida no Rio de Janeiro, porém de menor valor, solicitou alguns itens para comercializar em sua loja (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1900). A redação dessa encomenda expôs o julgamento de Mascarenhas sobre os aspectos destacáveis dos produtos da fábrica, que foram comparados aos concorrentes, do mesmo modo que arrolou itens também fabricados pela empresa, como tigelas grandes e pequenas para café, pratos grandes, jarras com bacias, canequinhas e urinol. A inclusão do urinol explica o sortido catálogo, incluindo-se, nesse conjunto, escarradeiras encomendadas para as enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, de Belo Horizonte (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1904).

Ainda que seja possível essa identificação de alguns produtos do portfólio da Cerâmica Nacional, persiste uma grande lacuna em relação aos profissionais que estiveram à frente dos projetos desenvolvidos na fábrica, pois a documentação não esclarece se existiram funcionários dedicados ao desenvolvimento das peças, envolvidos no detalhamento ou na especificação de desenhos, cores, materiais e processos de fabricação. Sobre o tema, Veiga (1998, p. 541) declarou que, na Cerâmica Nacional, existiam “[...] artistas peritos e de gosto [...]”, mas não explanou quais atividades eram desenvolvidas por esses funcionários, se eles estavam envolvidos na produção das peças ou se esses artesãos dedicavam-se exclusivamente ao desenho ou às especificações físicas dos objetos produzidos na fábrica.

Dentro desse quadro, cabe destacar que o universo da produção fabril brasileira, em fins do século XIX e início do XX, foi permeado por questões pouco nítidas que não permitem distinguir, com exatidão, um momento específico para se pensar o produto e outro para executá-lo, sobretudo porque a indústria nacional se encontrava em fase de constituição naquele período. A compreensão desse cenário é complexa, mas admite pensar que na Cerâmica Nacional haveria operário munido de habilidades técnicas e de conhecimentos sobre o processo produtivo, que o habilitavam a elaborar projetos de novos artefatos. Tal entendimento é ancorado nos estudos de Denis (2000), que demonstrou essas ocorrências quando o delineamento de objetos industriais não tinha sido desvinculado da execução.

Ademais, salienta-se que o desenvolvimento dos projetos de produtos no âmbito da Cerâmica Nacional, seguramente, esteve relacionado à pesquisa de mercado, à verificação de catálogos e ao exame de imagens enviadas a João Pinheiro, descritos nos registros, em que figuravam representações gráficas da porcelana manufaturada em outras regiões do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa. Dentre os nomes das fábricas, correntemente referidas nas cartas trocadas pelo fundador da Cerâmica Nacional, repetem-se menções à *Manufacture Nationale de Sèvres* e às empresas do setor cerâmico de Limoges, ambas situadas no território francês<sup>2</sup>.

Nesse sentido, chama-se a atenção para os vasos decorativos fabricados pela Cerâmica Nacional, descritos como “estilo renascença” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1895b), que podem ter sido referenciados em imagens, obtidas por João Pinheiro, de vasos ornamentais equivalentes e produzidos pela *Manufacture Nationale de Sèvres*. Soma-se a essa linha de pensamento a recorrente menção às fábricas de porcelana da cidade francesa de Limoges, que se supõe ser uma das fontes que serviram para subsidiar os desenhos sofisticados e livres de ornamentos da louça executada na fábrica caeteense, que inclui xícaras e bules com borda dourada (Figura 4), similares aos artigos procedentes das fábricas da França.

A presença de funcionários dedicados ao setor de criação na Cerâmica Nacional é capítulo a ser redigido, incluindo-se, nesse rol, a imprescindível reconstituição do quadro de trabalhadores da fábrica, no período que assinalou a produção de utensílios cerâmicos de louça e porcelana, entre os anos de 1894 e 1908. Essa omissão poderá ser esclarecida quando forem identificados e examinados, integralmente, os arquivos que preservam dados referentes aos profissionais ativos na empresa. Observa-se que no espólio do Arquivo Público Mineiro são conservados fragmentos dessa história, favorecendo conhecer a operação de trabalhadores essenciais para o desempenho da Cerâmica Nacional, cujos vestígios comprobatórios dessa declaração são provenientes de anúncios publicados no Brasil e no exterior, em que os gestores da fábrica divulgavam vagas ociosas, convidando os interessados a enviarem propostas para preencherem as oportunidades disponíveis.

No ano de 1894, por exemplo, uma publicação em jornal da cidade do Porto, em Portugal, anunciava vagas para diretor de fornos, para decorador e para torneiro (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894a). Como resposta, um candidato demonstrou, em carta enviada ao Brasil, que era detentor de larga experiência no setor, com habilidades para serviços de decoração de peças e para a criação de ornamentos diversos (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1894a). Da mesma cidade, Augusto Pereira Valente enviou correspondência expondo interesse e aptidão para

---

<sup>2</sup> Segundo Pileggi (1958), a *Manufacture Nationale de Sèvres* foi fundada no ano de 1740, em Vincennes, França, e transferida no ano de 1756 para Sèvres, no mesmo país.

ocupar o referido posto em vacância, descrevendo suas competências em compor esmaltes, cores, decorar peças, dirigir fornos para cozedura e sua destreza para desenhar e esculpir, quocientes de seu conhecimento em belas artes (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1895a). Essa última apresentação elucida o provável perfil dos profissionais envolvidos na indústria de artigos cerâmicos, dotados de saberes que os habilitavam a operar em diversas fases do processo produtivo, inclusive na elaboração de desenhos de novas peças para integrar o portfólio das empresas. Indica, inclusive, uma interpretação provável para o caso, não deslindado, dos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento de produtos para a Cerâmica Nacional, que poderiam ser funcionários dotados de capacidades equivalentes ao do sobredito Augusto Pereira Valente. Essa interposição encontra subsídios nas demonstrações de Denis, quando indicou ter sido recorrente a situação em que o designer, como hoje é denominado, estava imerso no processo produtivo e detinha experiências para atuar no controle e concepção de produtos (DENIS, 2000).

Outra carta redigida por um homem, de nacionalidade italiana, reforça o interesse dos estrangeiros por trabalho na Cerâmica Nacional, em momento de grande fluxo migratório de europeus para o Brasil (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1895c). Esses profissionais obtiveram conhecimento das oportunidades, na referida fábrica, a partir dos anúncios circulantes em algumas regiões da Europa, publicados como tentativa de remediar as dificuldades em se encontrar brasileiros qualificados para compor o corpo técnico de funcionários, como ratifica documento em que foi registrada a necessidade de se procurar operários no exterior, pois instruir era tarefa complexa e acarretava prejuízo de tempo (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1901).

O pensamento dos gestores da Cerâmica Nacional, frente à necessidade de se contratar profissionais em outros países, foi também declarado em registro datado do ano de 1901, em que há menção de o estrangeiro ser instruído, habilitado a operar na organização superior da fábrica, persistente e ambicioso o suficiente para que a empresa prosperasse, condição basilar para assegurar o progresso da indústria no Brasil, posto que os operários brasileiros reclamavam muito e apresentavam pouca resistência ao trabalho (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1901). Chama a atenção o cunho discriminatório contido nessa declaração, em que pesava a percepção de que o brasileiro era preguiçoso e pouco apto ao labor. Por sua vez, Tambasco (1997) interpretou que essa foi uma estratégia, fomentada por João Pinheiro, para compor o quadro de funcionários com estrangeiros e brasileiros, tendo em vista que os estrangeiros transmitiriam conhecimento técnico adquirido em experiências vivenciadas em outros países, indisponível em Minas Gerais, e que um treinamento adequado aos brasileiros acarretaria elevado investimento. Esse pode ter sido o meio pelo qual a arte da produção de cerâmica foi incorporada à Cerâmica Nacional, possibilitando a prosperidade do empreendimento em uma região carente de mão de obra qualificada.

Ainda em relação ao quadro de funcionários da Cerâmica Nacional, o plano de negócio, em que consta detalhamento de salários, evidencia que profissionais do sexo masculino aufeririam ordenados superiores aos destinados às mulheres que exerciam as mesmas funções (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1901). Essa informação ilustra a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, em fins do século XIX, subjugadas no tangente ao recebimento de honorários das atividades desempenhadas.

### **Comercialização e distribuição dos produtos**

Os catálogos eram meios de divulgação corriqueiros, empregados à época, e foram amplamente utilizados pela Cerâmica Nacional, a fim de dinamizar a comercialização de seus produtos. Esses impressos eram enviados aos representantes comerciais das empresas de cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Tal apontamento é subsidiado em carta, datada de 28 de janeiro de 1900, em que um homem se oferece para ser representante comercial e fazer a propaganda da Cerâmica Nacional. Provavelmente, essa estratégia de comercialização foi também utilizada para a venda das louças, embora não se tenha localizado documento que comprove essa hipótese (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1900). Lamentavelmente, não foram encontrados os catálogos referentes às louças e às porcelanas. Contudo, há um exemplar remanescente no Arquivo Público Mineiro, dedicado a propagandear refratários produzidos na dita fábrica, a partir do ano de 1904, em que constam desenhos das peças, especificações técnicas, materiais e dimensões (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série I, Documentos Pessoais, Caixa 1, Documento 7).

Ademais, a participação em feiras, destinadas a exibir a produção industrial regional, serviu para difundir os artigos da Cerâmica Nacional. Esse formato de exposições foi habitual na Europa, desde fins do século XVIII, quando aconteceu a mostra *Première Exposition des Produits de l'Industrie Française*, de caráter nacional, que apresentou artigos derivados de atividades produtivas da região (BENEVOLO, 2012). Posteriormente, no ano de 1851, ocorreu a Grande Exposição Universal de Londres, assinalada pela presença de produtos oriundos de indústrias situadas em outros países, instaurando profícua oportunidade para propaganda e difusão de técnicas, processos de fabricação e tudo que havia de novidade no setor industrial. Essa ocasião serviu, também, para despertar o consumo da sociedade que apinhou o Palácio de Cristal, projetado por Joseph Paxton. Evento similar, com intuito de divulgar as manufaturas locais, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1908, quando a Cerâmica Nacional enviou itens de seu catálogo para ocupar os estandes do Pavilhão Mineiro, composto também por outros produtores do Estado de Minas (Figura 5). Esse acontecimento valida a distinção da referida fábrica no

contexto industrial mineiro, início do século XX, explicitando ocasião propícia para ampliar vendas.

Registros esclarecem que a Cerâmica Nacional também apresentou seus produtos fora do Brasil, na Exposição Universal de Saint Louis, em 1904, nos Estados Unidos. Em carta redigida no ano de 1903, Augusto de Lima convidou João Pinheiro a participar da sobredita feira, com itens manufaturados na fábrica caeteense, “[...] desde o barro até o bibelô, desde a rude iniciação do primeiro produto até a fina porcelana[...]”, evidenciando a importância de se selecionar “[...] coisas para que não ficassem envergonhados no estrangeiro[...]”, posto que essa exposição seria vitrine para apresentar a produção brasileira ao mercado internacional (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1903, documento 1525). No catálogo publicado, referente ao estande do Brasil, há menção à Cerâmica Nacional, a uma empresa do Rio Grande do Sul e a outra de São Paulo, representantes de segmento propício a expandir, cujas fábricas listadas confeccionavam artigos de alta qualidade (BRAZIL, 1904).

Por último, sublinha-se que a distribuição dos produtos fabricados na Cerâmica Nacional desafiou a gestão da empresa e exigiu a elaboração de estratégias para aperfeiçoar o sistema de entrega, realizada inicialmente por transporte animal, via trecho que conectava Caeté à cidade de Sabará, de onde seriam sequencialmente enviados aos destinos finais, como demonstrou Tambasco (1997). No entanto, a precariedade do transporte impedia que os artigos da fábrica chegassem a outras regiões. Em prol de se encontrar novos mercados consumidores e de resolver o desafio da entrega dos produtos, foi instalado veículo movido a vapor para conduzir as mercadorias, utilizando-se estrada construída por João Pinheiro, em 1905, entre Caeté e Sabará (TAMBASCO, 1997).

### **Considerações finais**

Por intermédio da narrativa exposta neste texto, identificaram-se os eventos que balizaram a constituição da Cerâmica Nacional, responsável por impulsionar o setor industrial e a economia da cidade mineira de Caeté, a partir de fins do século XIX. Para isso, analisou-se o instante inicial em que a referida empresa voltou-se à produção de louças e de porcelanas, pois, a contar da primeira década dos novecentos, a fábrica incorporou ao seu catálogo a confecção de refratários e outros itens destinados a abastecer o mercado consumidor que despontava, sobretudo, em Belo Horizonte.

Todavia, o maior desafio da investigação empreendida, e não auferido, foi localizar peças remanescentes da Cerâmica Nacional, visando identificar o portfólio de produtos faturados e avaliar os aspectos formais e estéticos desses artigos frente à produção industrial coeva e às necessidades reivindicadas pelo mercado consumidor. Infelizmente, poucos exemplares foram encontrados, e os antigos

catálogos empregados para comercialização dos objetos não foram descobertos. As dificuldades são agravadas diante da ausência de selo ou de marcas da origem nos itens avistados, obstáculos para o reconhecimento das peças manufaturadas. Assim, é necessário intensificar, em trabalhos futuros, diligências determinadas a reconhecer itens produzidos na fábrica de Caeté, hipoteticamente dispersos em coleções particulares e em museus, para que se possa reconstituir fração do portfólio da empresa, evitando-se riscos de se perder na memória essa etapa fundamental da produção de artefatos cerâmicos em Minas Gerais.

Além disso, é necessário examinar sistematicamente os conteúdos arrolados neste texto, de modo que se possam apurar as dezenas de imprecisões que recobrem as minúcias delimitadoras da história da Cerâmica Nacional, imersa em momento fulcral de iniciativas orientadas a instaurar processo de industrialização no Brasil, como alternativa para suprir o mercado consumidor interno e alavancar a decadente economia local. Seguramente, novas pesquisas poderão aproximar respostas para as incertezas que o autor deste texto não conseguiu visualizar, dado esse ambiente complexo de uma história que, passado um século de sua origem, pouco granjeou atenção dos pesquisadores.

**Fontes Manuscritas**

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série I, Documentos Pessoais, Caixa 1, Documento7.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento1246, 31 de outubro de 1893.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento 1276, 6 de junho de 1894a.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série I, Documentos Pessoais, Caixa 1, Documento7, 7 de abril de 1894b.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento 1303, 14 de janeiro de 1895a

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento 1304, 23 de janeiro de 1895b.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento 1305, 2 de março de 1895c.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento 1314, 23 de janeiro de 1895d.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 9, Documento 1315, 22 de maio de 1895e.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série I, Documentos Pessoais, Caixa 1, Livro Memorial, Caeté,1 de março de 1898.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 10, Documento 1433, 13 de dezembro de 1900.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 10, Documento 1441, 28 de janeiro de 1901.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série I, Documentos Pessoais, Caixa 10, Documento 1478, 20 de outubro de 1902a.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série I, Documentos Pessoais, Caixa 10, Documento 1480, 12 de dezembro de 1902b.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 11, Documento 1525, 26 de outubro de 1903.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário João Pinheiro da Silva*. Série II, Correspondências, Caixa 11, Documento 1566, 12 de agosto de 1904.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Secretaria da Agricultura, Série Exposição Nacional do Rio de Janeiro*. Disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=632&mid=53&full\\_pdf=](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=632&mid=53&full_pdf=). Acesso em: 15 jan. 2019.

## Bibliografia

- ANDRADE, R. F.; MAGALHÃES, B. A. A formação da cidade. In: *Arquitetura da Modernidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Lithographica Ypiranga, 1981.
- BRAZIL. *Comissão*. Louisiana Purchase Exposition, 1904, and F. M de Souza Aguiar. Brazil at the Louisiana Purchase Exposition. Saint Louis, 1904.
- DENIS, R. C. *Uma Introdução à História do Design*. São Paulo: Edgar Blücher, 2000.
- JUNIOR, A. L. *O que há para se ver em Caeté, roteiro turístico da antiga Vila Nova da Rainha*. Belo Horizonte, 1969.
- LÓPEZ, D. M. G. *Manual completo de artes cerâmicas, ó fabricaci3n de objetos de tierras cocidas en todas sus aplicaciones. Madrid, Libreria de Cuesta, 1877*. Valladolid: Editorial Maxtor, 2009. Ediç3o facsimilada da 1ª ediç3o, de 1877.
- MARTINS, A. A.; OLIVEIRA, J. M. *Almank administrativo, civil e industrial da Provincia de Minas-Geraes*. Rio de Janeiro, Ouro Preto, 1864.
- MORAES, F. B. Itinerários e interditos na territorializaç3o das Geraes. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.
- PILEGGI, A. *Cerâmica no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1958.
- TAMBASCO, J. C. V. João Pinheiro e a cerâmica nacional de Caeté (1891-1908). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 158, n. 394, p. 7-82, jan./mar. 1997.
- TORRENT, R.; MARÍN, J. M. *Historia del diseño industrial*. 4. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2015.
- WILHIDE, E. *Diseño: toda la historia*. Barcelona: Blume, 2017.



Figura 1 - Vista Geral da Fábrica, Cerâmica Nacional, sem data.  
Acervo Museu Casa de João Pinheiro e Israel Pinheiro, 2018.  
Fonte: Autor não identificado.



Figura 2 - Estado atual das antigas instalações da Cerâmica Nacional, 2018.  
Fonte: Fotografia produzida pelo autor.



Figura 3 - Fotografia dos produtos da Cerâmica Nacional, sem data.  
Acervo Museu Casa de João Pinheiro e Israel Pinheiro.  
Fonte: Autor não identificado.



Figura 4 - Peças remanescentes da Cerâmica Nacional.  
Acervo do Museu Casa de João Pinheiro e Israel Pinheiro, 2018.  
Fonte: Fotografia elaborada pelo autor.



Figura 5 - Seção de produtos da Cerâmica João Pinheiro, stand na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1909.

Fonte: Arquivo Público Mineiro (2019).